

ISLÃ E POLÍTICA – O CASO DE TURQUIA, MARROCOS E IRÃ



Aluna: Gabriela Russo Lopes
Orientador: Nizar Messari

Sumário

Histórico do Islã.....	3
Histórico da Turquia	4
Histórico do Marrocos	5
Histórico do Irã	5
Problematização.....	6
Conclusão.....	7
Bibliografia	8

Histórico do Islã

O “mundo árabe”, apesar de suas características próprias, não pode de forma alguma ser dissociado do surgimento de uma nova ordem baseada na religião islâmica. Contudo, é válido ressaltar que o “mundo islâmico” em si tampouco se resume aos países árabes e/ou ao Oriente Médio, uma vez que países como Irã, Turquia, Kosovo, Chechênia, Albânia, Indonésia e Malásia são islâmicos e não são árabes. O Islã surgiu quando, no início do século VII, os árabes da Península Arábica foram ganhando força política, econômica e militar a partir da revelação divina do Livro Sagrado, o Corão (*Qur'an*), sendo ele a última e mais completa revelação de Deus aos homens, realizada na língua árabe.

Todavia, indubitavelmente, existem críticas a essa narrativa tradicional quanto ao surgimento do Islã, como o questionamento da biografia de Maomé, afirmando que seu objetivo era estritamente político e que usou os argumentos religiosos com o intuito exclusivo de atingir essa meta inicial; além do questionamento da própria veracidade dos escritos do Corão em relação ao que o Profeta de fato pregava e da maneira como ele vivia. Estas divergências acarretaram o surgimento de outros pontos polêmicos, como os problemas de sucessão de poder, criação de dinastias, formulação de leis, rituais religiosos, desenvolvimento da ciência teológica, entre outras questões que acabaram por dividir o mundo islâmico em inúmeras correntes de pensamento e fé, dentre as quais as mais conhecidas no ocidente são os xiitas e sunitas¹.

A narrativa muçulmana tradicional afirma que no século I, segundo a contagem islâmica, Deus revelou sua mensagem a Maomé (*Muhammad*), primeiro na cidade de Meca, e depois da hégira, em Medina, por intermédio do Anjo Gabriel, de modo que ele pudesse conduzir seu povo para o caminho de Deus. Essa mensagem foi transmitida a Maomé verbalmente e permaneceu sendo reproduzida através da recitação ou em materiais perecíveis até a terceira geração dos sucessores de Maomé na liderança da comunidade², quando o califa 'Uthman (644-56) incentivou o estabelecimento de uma forma escrita padrão para o texto divino cuja versão final, que sobreviveu até os dias atuais, está organizada em 114 suras (capítulos) divididas em livros, seções, partes e versículos, obedecendo a uma estrutura não linear.

A fé islâmica, portanto, adota o Corão como grande fonte de ordenamento da vida social, econômica e religiosa. É a partir dele que foram extraídos os princípios que governam as sociedades majoritariamente islâmicas e que produzem o arcabouço jurídico das mesmas. O Corão prevê detalhadamente permissões e sanções para atividades da vida particular, mas não se aprofunda em problemáticas constitucionais ou penais.

Para regular essas outras áreas da vida em comunidade, foram adotados como padrões de comportamento a Suna, que é uma compilação dos hábitos e exemplos do cotidiano do Profeta, e o Hadith, que é a tradição proveniente da interpretação do Corão segundo os ensinamentos de Maomé. Todas essas ferramentas jurídicas associadas formam a Charia, que é a jurisdição na qual se pauta o julgamento de casos futuros³.

Muitas vezes, os governos de sociedades islâmicas impõem a Charia e os preceitos da religião muçulmana sob todo o território de seu Estado. Isso causa inúmeras consequências, especialmente em relação às minorias étnico-religiosas que não reconhecem a legitimidade do sistema jurídico islâmico, uma vez que não reconhecem Maomé como um enviado divino e,

¹ HOURANI, Albert. **Uma História dos Povos Árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 23-91.

² DEMANT, Peter. **O Mundo Muçulmano**. São Paulo: Contexto, 2008. p.23-40.

³ HOURANI, Albert. **Uma História dos Povos Árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 91-120.

portanto, não se guiam pelos princípios pregados por ele nem por seus padrões de comportamento⁴.

Vale ressaltar, no entanto, que o Corão não prega a supressão ou a eliminação de outras crenças religiosas. Assim como as religiões monoteístas, em geral, o islamismo de fato se considera a verdade revelada em detrimento de outras crenças e objetiva sua expansão; porém, isso não significa que ele pregue o extermínio de outros tipos de fé. Exemplo maior disso é o fato de que mesmo nos anos áureos do Império Árabe, cristãos, judeus e seguidores das religiões tribais africanas eram não só aceitos dentro do território dominado pelos árabes como participavam ativamente da vida em sociedade e chegavam a ocupar importantes cargos públicos⁵.

Histórico da Turquia

O processo de transição entre a Turquia existente no Império Otomano para a Turquia Moderna foi protagonizado pelo personagem político mais respeitável da história turca até hoje, Mustafar Kemal, o Atatürk. Após a I Guerra Mundial e a desintegração do Império Otomano, foi Atatürk que instituiu o Estado secular na década de 1920, quando a Turquia ainda estava sob influência externa das potências européias e seu governo era estritamente formal. Foi pela unificação dos sentimentos de pertencimento que Atatürk moldou o nacionalismo turco no mosaico étnico que é o país⁶.

A tensão na Turquia atualmente se dá majoritariamente entre a titularidade formal de um Estado secular e a aplicação prática da hegemonia de um partido islâmico na política – o Partido da Justiça e Desenvolvimento (AK). Vários são os conflitos sobre a própria constitucionalidade de tamanha influência partidária no governo bem como suas tentativas de estabelecer um Estado muçulmano por meio das políticas públicas que implemente. Adiciona-se a esse cenário a absoluta importância política do Exército, que muitas vezes é visto como protetor último da Constituição, bem como alguns importantes imbróglis separatistas, como o Chipre, os Curdos e os Armênios⁷.

O atual presidente da Turquia, Abdullah Gul, foi eleito indiretamente pelo Congresso sob fortes críticas, uma vez que seu histórico é na militância de um islã político sendo inclusive um dos membros fundadores do AK, vai de encontro aos preceitos seculares que parte dos turcos defende. Além disso, a suposta submissão da Primeira Dama ao usar o véu muçulmano também é considerado um retrocesso na política. O cargo mais importante no Executivo turco, no entanto, é o de Primeiro Ministro. O atual ocupante deste cargo, Tayyip Erdogan, foi eleito em 2003 também pelo partido AK. Em 2010, foram propostas mudanças constitucionais sob o pretexto de tornar o país mais democrático; estas modificações vêm sofrendo séria resistência dentro da sociedade turca⁸.

⁴ HOURANI, Albert. **Uma História dos Povos Árabes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p.153-159.

⁵ DEMANT, Peter. **O Mundo Muçulmano**. São Paulo: Contexto, 2008. p.162-169.

⁶ POPE, Nicole; POPE, Hugh. **Turkey Unveiled: a History of Modern Turkey**. New York: The Overlook Press, 2004.

⁷ **Turkish Radio and Television**. Disponível em < <http://www.trtenglish.com/trtworld/en/news.aspx> > e acessado em 15 jul 2010.

⁸ **BBC Country Profiles**. Disponível em < http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/country_profiles/1022222.stm > e acessado em 15 jul 2010.

Histórico do Marrocos

O Marrocos foi parte do Califado Árabe até se tornar colônia francesa, em 1912. Atualmente, o governo se encontra na terceira geração de uma dinastia que chegou ao poder em 1956 e isso significa uma centralização significativa do poder Executivo, tendo em vista que o Rei pode dissolver o Parlamento bem como apontar e demitir o Primeiro Ministro. Apesar de ter uma população majoritariamente islâmica, o Rei Mohammed VI adotou uma postura pró-Occidental na adesão à Guerra ao Terror após os atentados de 11 de setembro e atentados à cidade marroquina de Casablanca, em 2003⁹.

Essa atitude significou um distanciamento entre a política e os preceitos islâmicos, uma vez que o fundamentalismo religioso passou a ser combatido com mais rigor. O Rei também implementou reformas que conferiram maior liberdade às mulheres, a Mudawana, o que se traduziu em forte oposição dos conservadores. Além disso, em 2007, Abbas El Fassi foi eleito indiretamente depois de seu partido ter atingido a maioria no Congresso. O Partido Istiqlal é uma organização de cunho monarquista e nacionalista, tendo sido muito atuante no processo de emancipação do Marrocos, o que aponta para uma ocidentalização das elites marroquinas¹⁰.

Atualmente, este Estado enfrenta disputas territoriais com a Mauritânia e a Argélia quanto ao Saara Ocidental e com a Espanha quanto às ilhas de Ceuta e Melilla. Os Direitos Humanos passaram a ser mais frequentemente violados após o início da Guerra ao Terror, segundo a Human Rights Watch, e a influência do partido islamista da Justiça e Desenvolvimento também é grande; contudo, as forças modernizadoras de liberalização da economia, aumento do papel social das mulheres e tolerância para com a oposição também têm se demonstrado crescentes, ressaltando que o Marrocos foi o primeiro país árabe no qual a oposição ganhou por meio de eleições populares.

Histórico do Irã

O atual Irã, a antiga Pérsia, é sem dúvida fruto da colonização pelas potências européias, que alienaram as forças religiosas por meio da instauração de um regime aliado aos interesses ocidentais, mas que negligenciavam as pressões sociais internas. Com um descontentamento crescente, era previsível a revolta contra o modernizador Xá Reza Pahlevi que ocorreu em 1979 por meio da articulação do Aiatolá Khomeini e a posterior instauração de um regime conservador, que inclui o Islã em todas as esferas públicas e privadas da vida em sociedade.

Em 2000, parece que a vontade popular começou a mudar de rumo, ao eleger uma maioria liberal para o Parlamento, o que vai de encontro a políticas como a polícia religiosa que atua no país bem como à Liderança Suprema, atualmente exercida pelo Aiatolá Khamenei. Mais uma evidência da insatisfação popular com o governo ultra-conservador em voga no país foram as revoltas contra a reeleição do Presidente Mahmoud Ahmadinejad, especialmente pelos eleitores jovens.

Vale ressaltar que o Irã é nesse momento o maior, se não o único, exemplo de Estado regido por um governo no qual o Islã é a maior força política. Isso fica claro no sistema Executivo iraniano, no qual o Líder Supremo é a escala mais alta na hierarquia do poder e comanda a Assembléia dos Especialistas, que também um organismo importante formado por

⁹ **BBC Country Profiles.** Disponível em < http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/country_profiles/791867.stm > e acessado em 17 jul 2010.

¹⁰ MESSARI, N. **A Ocidentalização da Elite Marroquina.** Shu'un Maghribia, Rabat, Marrocos, v. 1/4.

ulemás e outros especialistas religiosos. Por fim, o Conselho dos Guardiões é um terceiro organismo criado após a Revolução que, junto aos outros dois, pode vetar não só os presidentes eleitos como também os candidatos à presidência. Em suma, as instituições eleitas pelo voto direto, dentre as quais a Presidência é a mais importante, são seriamente limitadas pelos órgãos religiosos provenientes da Revolução Islâmica que tornou o Irã a teocracia mais bem sucedida atualmente no mundo, especialmente no mundo muçulmano¹¹.

Problematização

Primeiramente, é válido ressaltar que escolhemos os casos de Turquia, Marrocos e Irã devido aos diversos, mas significativos modos com que o Islã se faz presente nas estruturas burocráticas e nos processos decisórios desses Estados. De maneiras mais ou menos institucionalizadas, a religião e a política nesses três países são fatores co-constitutivos e, portanto, são fontes de análises muito contundentes, que podem nos dar um panorama bastante elucidativo, ainda que limitado, da interação entre esses dois elementos nas sociedades islâmicas.

É notável, portanto, que o Islã tem diferentes formas de interagir com o governo nos países onde ele é majoritário. E é interessante avaliar também aonde ele é mais incisivo ou não. No Irã, por exemplo, o Islã é totalmente integrado formalmente às instituições estatais, como a maior parte dos conservadores religiosos tende a acreditar que é o correto, mas isso não faz com que ele sofra menos críticas ou resistência dos mais liberais. No Marrocos, em contraposição, ele é parte da vida pública, mas o Ocidente exerce uma influência bem maior, o que não significa que o Islã tenha perdido força nesse país. Por fim, a Turquia se mostra dentre esses três países o mais complexo, uma vez que existem forças internas praticamente com a mesma intensidade que puxam o sistema político turco em direções opostas, o da secularização e da islamização do viés público da sociedade.

É possível, então, analisar a consolidação das lideranças nos atuais territórios de Turquia, Marrocos e Irã ao longo da história e quais os fatores críticos para o sucesso ou o fracasso das mesmas, tentando traçar paralelos e divergências entre eles. Inicialmente, é importante ressaltar que todas as estruturas políticas atuais dos três países que constam neste estudo são fruto do período colonial por que passaram. O modelo da Modernidade foi transmitido a esses países de uma maneira muito intensa, mas provocou reações totalmente díspares graças ao histórico existente nesses territórios e à maneira que as potências européias atuaram nos mesmos, de maneira mais ou menos controladora de modo a impor mais ou menos elementos externos à cultura local¹².

Considerando o cenário delineado pelos fatos históricos e pelas características sociais destes países, o objetivo do presente trabalho é avaliar, em linhas gerais, o ressurgimento do viés religioso nos governos do Mundo Muçulmano em detrimento de políticas seculares, bem como o acirramento das disputas internas e a aparente volatilidade dos governos islâmicos, atentando para a relação das estruturas políticas para com o Islã, e as consequências desta relação.

Nesse sentido, as principais discussões envolvendo o Islã e a política giram em torno da maneira de separar o público do privado e o governo da religião, e se isso é necessário ou ainda desejável. Sendo assim, os possíveis caminhos à frente desses países envolvem a formação de um Estado Moderno nos moldes daqueles instituídos no Ocidente, com suas instituições,

¹¹ KINZER, Stephen. *Todos os Homens do Xá*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

¹² FISK, Robert. *A Grande Guerra pela Civilização: a Conquista pelo Oriente Médio*. São Paulo: Ed. Planeta, 2007.

burocracias e práticas; ou o desenvolvimento de formas alternativas ao *mainstream* estatocêntrico que supostamente é um rápido acesso à Modernidade, instituindo governos que não se separam da religião, como ocorre atualmente na República Islâmica do Irã e como fica expresso na força do Partido da Justiça e Desenvolvimento na Turquia e no Marrocos.

Vale ponderar, no entanto, o quanto a burocracia não-secular de alguns desses países, que incluem em seu seio o Islã como um elemento político fundamental, se afasta de fato do modelo em geral exportado pela Europa. Apesar do empenho desses governantes em se mostrarem distintos do que é pregado pelo laicismo e ressaltar que o Islã, acima de tudo, governa a vida dos homens e de suas sociedades e que, portanto, nunca deve ser alocado em uma posição alheia ao próprio governo, fica claro a permanência de algumas instituições Ocidentais, como o sistema partidário e a própria noção de República¹³.

É conveniente questionar, então, o quanto esses Estados – vistos como tão diferentes e que apresentam sistemas de governo tidos como tão distintos do que é aplicado nos países centrais com seu secularismo – fazem jus à reputação de instabilidade que lhes foi imposta. Dessa maneira, esse trabalho aborda essas discussões principais de modo a demonstrar a relação do Islã com a política na Turquia, Marrocos e Irã, como a religião e o governo se moldam mutuamente, como eles se influenciam e se limitam e, por fim, se a estrutura existente hoje é fruto de moldes que foram absorvidos e adaptados de culturas externas por processos históricos ou se elas são fruto de decisões internas das elites governantes, limitadas pela opinião pública de suas sociedades e pela influência política do sistema internacional.

Conclusão

A pesquisa sobre o tema da relação entre o Islã e a Política nos países supracitados possibilitou um maior entendimento sobre o sistema político desses Estados e sobre como processos históricos análogos resultaram em ambientes institucionais tão distintos, ressaltando a diversidade que existe nos governos islâmicos. Esse panorama ao qual chegamos se opõe ao que muitas vezes é traçado pela literatura sobre os países muçulmanos, que frequentemente são tratados como estruturas idênticas entre si, sem que se mostre a vasta gama de regimes políticos sob a égide do Islã¹⁴.

Sendo assim, acreditamos ter conseguido atingir o objetivo de deixar claro como a simples reprodução de descrições generalistas está em desacordo com a realidade de como os regimes religiosos muçulmanos se comportam. Acreditamos também ter chegado à elucidativa conclusão de que as estruturas Modernas exportadas ao Oriente Médio em especial no período entre-guerras não foi nem adotada nem rechaçada em sua totalidade, e sim adaptada às necessidades locais. De qualquer modo, fica claro a influência dos países Ocidentais na história desses países e as marcas do colonialismo até os dias de hoje, seja no processo de Ocidentalização e secularização da política, seja no processo contrário de islamização, no retorno às origens religiosas em oposição ao Ocidente.

¹³ NA'IM, Abdullahi. *Political Islam in National Politics and International Relations*. IN: BERGER, Peter (Org). *The Deseccularization of the World: Ressurgent of Religion and World Politics*. Michigan: William B. Eerdmans Publishing Company, 2005.

¹⁴ SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como Invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Desse modo, a pesquisa foi absolutamente profícua, uma vez que reestruturou as concepções existentes antes do início dos estudos.

Bibliografia

NA'IM, Abdullahi. *Political Islam in National Politics and International Relations*. IN: BERGER, Peter (Org). *The Desecularization of the World: Ressurgent of Religion and World Politics*. Michigan: William B. Eerdmans Publishing Company, 2005.

DEMANT, Peter. *O Mundo Muçulmano*. Rio de Janeiro: Editora Contexto, 2004.

FISK, Robert. *A Grande Guerra pela Civilização: a Conquista pelo Oriente Médio*. São Paulo: Ed. Planeta, 2007.

SAID, Edward. *Orientalismo: o Oriente como Invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOURANI, Albert. *Uma História dos Povos Árabes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

POPE, Nicole; POPE, Hugh. *Turkey Unveiled: a History of Modern Turkey*. New York: The Overlook Press, 2004.

KINZER, Stephen. *Todos os Homens do Xá*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

MESSARI, N. *A Ocidentalização da Elite Marroquina*. Shu'un Maghribia, Rabat, Marrocos, v. 1/4.

Turkish Radio and Television. Disponível em < <http://www.trtenglish.com/trtworld/en/news.aspx>> e acessado em 15 jul 2010.

BBC Country Profiles. Disponível em < http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/country_profiles/791867.stm> e acessado em 17 jul 2010.

BBC Country Profiles. Disponível em < http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/country_profiles/1022222.stm> e acessado em 15 jul 2010.